

VOTO Nº 155/2023/SEI/DIRETOR-PRESIDENTE/ANVISA

Processo nº 25351.911255/2023-45

Expediente nº **0395954/23-1**

Área responsável: Gerência-Geral de Gestão de Pessoas - GGPES/DIRETOR-PRESIDENTE

Relator: Antonio Barra Torres

Analisa a solicitação de requisição de servidor para ocupar Função Comissionada Executiva no Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

RELATÓRIO

1. Trata-se de **requisição** do servidor **Edson Antonio Donagema**, matrícula Siape nº 1491676, para ocupar Função Comissionada Executiva de Coordenador, código FCE 1.10, da Coordenação de Certificação da Produção Familiar, da Coordenação-Geral de Apoio à Inclusão Sanitária e Certificação da Produção Familiar, do Departamento de Cooperativismo, Apoio à Inclusão Sanitária, Agroindústria e Certificação da Produção Familiar, da Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar, do **Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar**. A solicitação foi feita por meio do Ofício nº 195/2023/GM-MDA/MDA (2336311).
2. O servidor é ocupante do cargo efetivo de Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária, do Quadro de Pessoal Efetivo desta Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), atualmente lotado na Coordenação de Assessoramento em Análise de Impacto Regulatório, da Assessoria de Melhoria da Qualidade Regulatória.
3. É, em síntese, o que importa relatar.

ANÁLISE

4. A apreciação do pleito requer inicialmente o exame do disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinado com o art. 9º do Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, abaixo transcritos:

Lei nº 8.112/1990:

Art. 93. O servidor poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, ou do Distrito Federal e dos Municípios, nas seguintes hipóteses:

I - para exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

II - **em casos previstos em leis específicas.**

Decreto nº 10.835/2021:

Art. 9º A requisição é o ato **irrecusável**, em que o agente público requisitado passa a ter exercício no órgão ou na entidade requisitante, sem alteração da lotação no órgão ou na entidade de origem.

§ 1º **A requisição somente será realizada por órgão ou entidade que possua prerrogativa expressa de requisitar agentes públicos.**

§ 2º A requisição não será nominal e o órgão ou a entidade requisitada poderá indicar o agente público de acordo com as atribuições a serem exercidas no órgão ou na entidade requisitante.

§ 3º O disposto no § 2º não se aplica às requisições para a Presidência da República ou a Vice-Presidência da República.

§ 4º Na requisição, não há prejuízo da remuneração ou do salário permanente do agente público, incluídos encargos sociais, abono pecuniário, gratificação natalina, férias e adicional de um terço.

§ 5º Na requisição de agente público, sem prejuízo dos demais direitos e vantagens a que faça jus e de acordo com os mesmos critérios aplicáveis caso permanesse no órgão ou na entidade de origem, são garantidas:

I - a promoção e a progressão funcional; e

II - a participação em concurso de remoção para alteração da unidade de lotação ou de exercício.

§ 6º Na hipótese prevista no inciso II do § 5º, a eventual alteração material do local de exercício ou de lotação se dará quando encerrada a requisição.

Art. 10. As requisições que impliquem reembolso pela administração pública federal, direta e indireta, somente ocorrerão com a observância à disponibilidade orçamentária e financeira do órgão ou da entidade responsável pelo ônus do ressarcimento para efetuar o reembolso de que trata o art. 22.

Art. 11. **A requisição será concedida por prazo indeterminado, exceto se houver disposição legal em contrário.**

Parágrafo único. A requisição não poderá ser encerrada por ato unilateral do órgão ou da entidade requisitada.

5. Ademais, a requisição de servidores do quadro efetivo das Agências Reguladoras também está prevista pela Lei nº 13.326, de 29 de julho de 2016, que assim grafou em seu artigo 20:

Art. 20. Os ocupantes dos cargos integrantes das carreiras a que se refere o art. 12 somente poderão ser cedidos ou ter exercício fora de seu órgão de lotação nas seguintes situações:

I - **requisição** prevista em lei para órgão ou entidade da União;

(...)

6. No caso específico em análise, há que se observar ainda o que dispõe o art. 56 da Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, bem como o dispositivo legal por ela invocado, qual seja, o art. 2º da Lei nº 9.007, de 17 de março de 1995:

Medida Provisória nº 1.154, de 2023:

Art. 56. **O disposto no art. 2º da Lei nº 9.007, de 17 de março de 1995, aplica-se aos servidores, aos militares e aos empregados requisitados para:**

I - o Conselho de Controle de Atividades Financeiras;

II - até 31 de dezembro de 2026, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados;

III - **até 30 de junho de 2023, os seguintes Ministérios:**

a) das Cidades;

b) da Cultura;

c) do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar;

- d) dos Direitos Humanos e da Cidadania;
- e) do Esporte;
- f) da Igualdade Racial;
- g) das Mulheres;
- h) da Pesca e Aquicultura;
- i) de Portos e Aeroportos;
- j) dos Povos Indígenas;
- k) da Previdência Social;
- l) do Turismo; e
- m) da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Lei nº 9.007, de 1995:

Art. 2º As requisições de servidores de qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal para a Presidência da República são irrecusáveis.

Parágrafo único. Aos servidores requisitados na forma deste artigo são assegurados todos os direitos e vantagens a que faça jus no órgão ou entidade de origem, considerando-se o período de requisição para todos os efeitos da vida funcional, como efetivo exercício no cargo ou emprego que ocupe no órgão ou entidade de origem.

7. Observa-se que à requisição em tela, por expressa determinação contida na Medida Provisória acima transcrita, devem ser aplicadas as normas que regem a requisição para a Presidência da República, razão pela qual, apesar de ter sido efetuada com identificação nominal do servidor, o que afrontaria a regra geral da requisição, a Presidência da República é excetuada da referida regra pelo § 3º do art. 9º do Decreto nº 10.835, de 2021.

8. Importante ainda ressaltar que a matéria é regulamentada pela Portaria SEDGG/ME nº 6.066, de 2022, cujo art. 9º, §1º, II, determina que o órgão requisitante encaminhe formulário contido no Anexo III da citada Portaria, o que foi atendido, conforme documento anexado (SEI 2336334).

9. Contudo, a supracitada Portaria foi recentemente alterada pela Portaria MGI nº 136, de 16/2/2023, publicada no Diário Oficial da União de 22/2/2023, cujos arts. 1º e 2º estabelecem:

Art.1º A Portaria SEDGG/ME nº 6.066, de 11 de junho de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.3º

.....
.....
§1º As cessões que impliquem reembolso pela administração pública federal, direta ou indireta, somente ocorrerão para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança com graduação mínima equivalente ao nível 13 dos Cargos Comissionados Executivos (CCE) e das Funções Comissionadas Executivas (FCE)." (NR)

"Art.º

§1º A requisição de que trata o caput:

.....
.....
II será enviada ao órgão ou entidade requisitada nos moldes do Anexo III, exceto nas requisições da Presidência da República e Vice-Presidência da República, que será nos moldes do Anexo III-A; e

III não é passível de recusa por parte do órgão ou entidade.

§3º A movimentação do agente público requisitado deve ser formalizada pelo órgão de origem por meio de portaria, publicada no Diário Oficial da União, conforme o Anexo IV. " (NR)

"Art.8º-A Os agentes públicos requisitados para a Presidência da República ou para a Vice-Presidência da República devem entrar em exercício no prazo máximo de sete dias corridos, contados da data da entrada do processo de requisição no órgão ou entidade requisitada, ressalvada a hipótese prevista no art. 6º da Portaria SEDGG/ME nº 6.066, de 11 de junho de 2022.

§1º O dirigente máximo do órgão ou entidade requisitada poderá, dentro do prazo do caput, solicitar a prorrogação do exercício do agente público requisitado no local em que desempenha suas funções por no máximo trinta dias, incluídos os sete dias iniciais, em caso de necessidade excepcional devidamente justificada, cabendo ao órgão requisitante deliberar quanto à solicitação e responder, preferencialmente, por mensagem eletrônica.

§2º O processo de requisição deverá ser simplificado, dispensadas consultas internas ou exigência de apresentação de documentos complementares a respeito do agente público pelo órgão ou entidade requisitada.

§3º O processo de requisição terá prioridade sobre os demais processos de movimentação de agentes públicos." (NR)

"Art. 13.

.....
.....
§3º Entende-se por disponibilizar a requisição o simples ato de formalizar a movimentação, nos termos do §3º do art. 8º." (NR)

Art.2º O disposto nesta Portaria aplica-se às requisições da Presidência da República e da Vice-Presidência da República, em processamento nos órgãos e entidades requisitados, na data de sua publicação.

Parágrafo único. Nos casos de que trata o caput, o prazo estabelecido no art. 8º-A da Portaria SEDGG/ME nº 6.066, de 2022, será contado a partir da data de publicação desta Portaria.

10. Em razão do acréscimo do supratranscrito art. 8º-A à Portaria SEDGG/ME nº 6.066, de 2022, seria indispensável viabilizar a apresentação do servidor em questão no dia 18/4/2023, data em que termina o prazo de sete dias corridos contados a partir do recebimento do ofício de requisição na Anvisa. Contudo, a GGPES entendeu necessário o envio de complementação de dados relativos às informações de que trata o Anexo III da Portaria MGI nº 136, de 16 de fevereiro de 2023, a fim de garantir a regularidade do ato de requisição. Assim, tais dados foram solicitados ao órgão requisitante, nos termos do e-mail constante nos autos (SEI 2342721), o qual foi respondido pelo Ministério também por e-mail (SEI 2348053), datado de 18/4/2023.

11. Assim, em observância aos excertos normativos acima transcritos - em especial, o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 8º-A e no §3º do art. 13 da Portaria SEDGG/ME nº 6.066, de 2022 - a GGPES entendeu que deveria ser dispensada manifestação prévia da chefia da unidade de lotação do servidor, cabendo tão somente o encaminhamento destes autos para sua ciência.

12. Ademais, ainda sob o mesmo fundamento, a GGPES sugeriu que a disponibilização do servidor fosse efetivada por Portaria do Diretor-Presidente, expedida **ad referendum**, a fim de assegurar a celeridade e priorização da demanda, bem como o cumprimento da obrigação de disponibilizar sua apresentação no prazo de sete dias corridos da data de recebimento do ofício de requisição.

13. Por fim, informa-se que no âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a competência para aprovar cessão e requisição é da Diretoria

Colegiada (DICOL) conforme o art. 11, inciso XI do Decreto nº 3.029, de 1999, que "aprova o Regulamento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências", e o art. 6º, parágrafo único, inciso I, alínea "b" do Regimento Interno da Anvisa, aprovado e promulgado pela Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, publicada no DOU de 15/12/2021.

VOTO

14. Diante do exposto, APROVO em caráter **ad referendum** a requisição do servidor **Edson Antonio Donagema**, para ocupar Função Comissionada Executiva de Coordenador, código FCE 1.10, da Coordenação de Certificação da Produção Familiar, da Coordenação-Geral de Apoio à Inclusão Sanitária e Certificação da Produção Familiar, do Departamento de Cooperativismo, Apoio à Inclusão Sanitária, Agroindústria e Certificação da Produção Familiar, da Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar, do **Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar**.

15. Inclua-se em Circuito Deliberativo para apreciação pela Diretoria Colegiada da Anvisa de modo a referendar a decisão.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Barra Torres, Diretor-Presidente**, em 20/04/2023, às 18:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10543.htm.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

<https://sei.anvisa.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **2349839** e o código CRC **79BB5565**.